

## Escritores diplomatas: a trajetória do trabalho intelectual brasileiro no século XIX

Célio Diniz Ribeiro\*

**RESUMO:** Esta pesquisa busca refletir sobre a atuação de escritores na Secretaria de Negócios Estrangeiros no decurso do século XIX. Momento de fundação da diplomacia brasileira, destacaram-se intelectuais polímatas cujo trabalho ajudou na configuração do país como um novo ator no campo das relações internacionais. Interessa observar ainda como suas obras apresentavam uma tensão representar o Estado ao mesmo tempo em que tentavam manter uma relativa autonomia de pensamento.

**Palavras-chave:** Intelectual. Diplomacia cultural. Século XIX. Literatura.

De José Bonifácio de Andrade e Silva a Múcio Teixeira<sup>1</sup>, houve uma atuação profícua de escritores-funcionários públicos em diferentes áreas do saber, justamente num contexto em que o Brasil precisava constituir-se não apenas como nação independente, mas também como um novo ator no cenário das relações internacionais. Por isso mesmo, construir um modelo civilizatório considerado apropriado a um império afeito às ideias de progresso exigia o fomento da produção científica e artística, o que se tornaria uma das metas do governo.

Neste sentido, ao se estudar o comportamento da *intelligentsia* brasileira que atuou junto à Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, reorganizada em 1822 por Bonifácio, sobressai um aspecto que, embora pouco debatido na academia, constituiu um interessante modo de atuação intelectual integrado ao projeto de modernização do país: a polimatia.

Para aqueles indivíduos eruditos, donos de uma rica bagagem intelectual construída no Velho Continente, atuar em variadas áreas do saber significava, portanto, uma práxis cujo escopo era retirar o Brasil do atraso econômico e cultural em relação à Europa e aos Estados Unidos. Esse país, aliás, já representava um exemplo instigante para os letrados brasileiros oriundos de classes oligárquicas, até porque, no início do século XIX, a economia estadunidense havia chegado ao nível de desbancar, ao lado da França e da Alemanha, o monopólio industrial inglês. (GOUVÊA, 2010, p.75)

Inclusive, foi nessa época que começou a configurar-se, por aqui, a imagem do escritor como trabalhador, ou seja, alguém que passava a retirar o seu sustento, ou parte dele, do labor com a palavra impressa. O espaço onde essa profissionalização dava seus primeiros passos ainda claudicantes era o jornalístico, que englobava noticiário e, mais comumente, libelos contra o governo dos Bragança. Basta lembrar que, no início de 1830, havia cerca de cinquenta jornais “agressivos” no país (SEABRA, 2006, p.118) e que veiculavam artesanalmente as posturas políticas de diferentes grupos ideológicos da época.

Essa atitude panfletária faria com que o jornalismo, apesar de toda censura sofrida em seu período de implantação no Brasil, tivesse papel fundamental na configuração de uma intelectualidade brasileira relativamente autônoma bem como em fatos históricos importantes como a Revolução Pernambucana, a Independência ou a abdicação de D. Pedro I, só para citar alguns poucos exemplos.

Tal condição de relativa liberdade também estava ligada ao fato de que a implantação de um aparelho administrativo burocrático no Brasil necessitava de indivíduos intelectualmente preparados para a ocupação dos cargos da imprensa e do funcionalismo público. Como destaca Antonio Candido (2012, p.84),

os letrados formavam grupos equivalentes pelas funções sociais, nível de instrução, diretrizes mentais e gostos, separando-se da massa na medida em que integravam os quadros dirigentes na política, na administração, na religião.

O sociólogo ainda ressalta o fato de ter havido na colônia, desde o século XVIII, o exercício incipiente do que ele mesmo chamou de nossa *Aufklärung*, em um contexto excludente no qual se verificava um número ínfimo de letrados, a quase totalidade da população analfabeta, a proibição régia de publicações e de circulação de jornais, a condição colonial e, além de tudo, um desconhecimento generalizado do vastíssimo território pelos próprios habitantes da *terra brasilis*.

Todavia, o amparo a um desenvolvimento cultural mais amplo e efetivo só viria mesmo a ocorrer com a chegada abrupta de D. João VI, em 1808, transferindo-se a administração imperial portuguesa para o Brasil concomitantemente. O motivo desse apoio era óbvio, uma vez que havia a necessidade de formar urgentemente um pessoal capacitado para assumir funções político-administrativas. Importa lembrar, no entanto, que até o final da década de 1820, a formação superior era um privilégio para os poucos indivíduos que pudessem trasladar-se para a Europa.

Naquele momento, já se demonstrava também um forte idealismo quanto ao papel político e social do escritor. Este aspecto é interessante, pois delineava-se um modelo de intelectual como alguém consciente e capaz de conscientizar pela palavra poética e jornalística. Essa ideia está presente, por exemplo, em uma missiva de 28 de setembro de 1843, enviada a Alexandre Teófilo, em que Gonçalves Dias afirma categoricamente: "... não impunemente nos metemos nesta vida de Literatura – para que me chama – não gênio, que nenhum tenho, mas vocação – mas amor – mas consciência!" (DIAS, 1998, p.1039)

Nas condições em que se organizava a sociedade, naquele contexto histórico específico, já com o surgimento, ainda que incipiente, de uma burguesia brasileira, o trabalho braçal, menos valorizado, cabia aos escravos e às classes mais pobres da população. Por outro lado, o de comandar e o intelectual ficavam para as elites letradas, cujos privilégios englobavam ainda o acesso à formação no exterior ou, como já vinha se tornando mais comum na época, a consecução da mesma em sua própria pátria, nas faculdades de Direito de Recife e de São Paulo, fundadas no final dos anos 1820. Conforme Antonio Candido, o

progresso decisivo é a fundação de cursos técnicos e superiores – o naval, o militar, o de comércio, o de medicina e, já no reinado de D. Pedro I, os de direito – que permitiam afinal a formação completa no próprio país, fora da carreira eclesiástica. (CANDIDO, 2012, p.242)

O bacharelismo, por esse ponto de vista, era a própria manifestação de um sistema elitista no Brasil. Por certo, o curso de Direito, naquele cenário excludente dos oitocentos, tinha um papel fundamental na formação intelectual da classe oligárquica. Ou seja, não apenas oferecia profissionalização, permitindo aos jovens bacharéis a assunção de funções mais rentáveis e valorizadas socialmente, como também funcionava como divulgador das novas ideias filosóficas, políticas e artísticas que surgiam constantemente na Europa. Inclusive, já no final do século XIX, por influência das escolas de Direito citadas anteriormente e cuja fundação está diretamente relacionada ao processo de Independência do Brasil, despontaria uma mentalidade marcadamente positivista, suporte ideológico da proclamação da República.

Sérgio Miceli (1979) reconhece nesse vínculo entre intelectuais e Estado uma condição tradicional que, no Brasil, esteve ligada às oligarquias rurais, com suas redes

de relações sociais e de influências. Ou seja, eram os indivíduos oriundos das famílias privilegiadas socialmente que comporiam os quadros do funcionalismo público, até porque deles também era a prerrogativa de uma formação superior. Lançando mão de um conceito de Luciano Gallino (2012, p.4), esses indivíduos compunham o que se poderia chamar de uma “comunità di destino”, dentro de um contexto histórico específico.

Embora os intelectuais direcionem-se, não raro, para a composição dos quadros de funcionários do governo, o que se deu tanto no período monárquico quanto no republicano, a leitura apresentada neste ensaio não se restringe à ideia de cooptação. Sem dúvida, a perspectiva que se estabelece através desse conceito visa a superar a tão propalada crença romântica num caráter missionário por parte do funcionário público, apresentando, dessa maneira, uma interpretação menos ingênua do papel desempenhado por esse ator social. Mas, ao invés de privilegiar apenas um dos polos envolvidos nesse amplo processo histórico, é mister reconhecer a importância das diferentes partes que constituíram uma complexa rede de interfluências, de condicionamentos e de embates entre tradição e atualização movida pelo capital. Este foi o motivo pelo qual se decidiu trabalhar com uma ótica mais sistêmica.

O entendimento de tradição, por sua vez, encontra uma de suas melhores definições em Eric Hobsbawm. Para este historiador, não se trata de algo estático, mas de uma espécie de *moto* perpétuo, i.e., um arranjo contínuo condizente com os interesses de determinados grupos sociais dominantes.<sup>2</sup>

Nessa linha de pensamento, tradição e historiografia tangenciam-se na formulação de justificativas, dentro de uma sociosfera específica, para sustentar determinados modelos, padrões e sistemas. Não por acaso, a escrita da História evidenciou-se como um dos importantes instrumentos de relações internacionais na fase de fundação da diplomacia brasileira, haja vista a obra de Varnhagen e o papel desempenhado pelo IHGB, construindo a ideia de nação como metanarrativa historiográfica.

Mas a tradição vai além da historiografia. Ela conforma uma visão de mundo, uma *Weltanschauung*, o que não quer dizer que o tradicional direcionamento dos intelectuais para o quadro de funcionários públicos signifique uma condição acrítica. Pelo contrário, é possível perceber uma tensão contínua entre o estar a serviço de um governo e, ao mesmo tempo, ter a necessidade de manter uma certa autonomia mental que o próprio exercício da intelectualidade exige. Essa situação não se manifesta num contato antitético puramente, mas por um movimento contínuo que se alterna entre afirmação e negação do político e socialmente estabelecido.

Num quadro de favoritismo elitista, em que o próprio sistema liberal, que dava seus primeiros passos no contexto de um país recém-independente, constituía-se como uma condição promotora de privilégios, os bacharéis oriundos das classes oligárquicas eram, por isso mesmo, os indicados para as funções jornalísticas e de servidor público.

Não há como negar que,

na monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram os filhos dos fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando e fundando a estabilidade das instituições nesse contestado domínio. (HOLANDA, 1995, p.73)

Embora já circulassem por aqui, entre a intelectualidade oitocentista, as ideias liberais que ecoavam das revoluções americana e francesa bem como dos pensamentos

de Tocqueville, Henry Thoreau<sup>3</sup> e John Stuart Mill, mantinha-se ainda o forte padrão oligárquico tradicional. A questão é que o desenvolvimento do capitalismo e o avanço concomitante do liberalismo no Brasil era diferente do que ocorria na Europa. Amado Luiz Cervo (2008, p.17) destaca, nesse sentido, um paradigma *liberal-conservador* que dominaria o cenário brasileiro no decurso do século XIX.

Por isso mesmo, é necessário pensar criticamente esse processo, dadas as condições em que se operou toda a sequência de acontecimentos históricos. Conquanto assinala, à primeira vista, um sentido de ruptura ou de revolução, em contraste a um passado arcaico e aparentemente estável (LATOURET, 1994, p.15), é possível reconhecer naquele contexto econômico-social uma forma de “modernização conservadora”, aproveitando o conceito de Marco Napolitano (2014, p.42). De fato, foram mantidas praticamente as mesmas bases do sistema colonial. Em certo sentido, a própria ideia de progresso, amplamente propalada no decurso das primeiras décadas dos oitocentos, tornou-se uma espécie de discurso hegemônico das elites brasileiras aliada à propagação das crenças liberais.

Embora se verificasse, no Velho Continente, uma reação ao *Ancien Régime*, no contexto brasileiro, as ideias de libertar o país não iam de encontro à tradição agrária e oligárquica. Por isso mesmo, os intelectuais da época, “formados na ideologia da Ilustração, expurgaram o pensamento liberal das suas feições mais radicais, talhando para uso próprio uma ideologia essencialmente conservadora e antidemocrática.” (COSTA, 2010, p.11)

Desse modo, o sistema apenas permitia que se arregimentassem para os quadros jornalísticos e de funcionalismo público esses poucos intelectuais privilegiados por sua condição social. Esse fato continha ainda dois significados básicos: por um lado, tratava-se de uma forma de garantir uma produção escrita dentro dos padrões considerados próprios ao consumo elitista da época; por outro, significava também um modo de se evitarem posições conflitantes por parte desses indivíduos em relação ao poder instituído.

No entanto, é possível pensar essa relação entre intelectuais e Estado, no contexto de desenvolvimento burocrático que se instaurava no Brasil do século XIX, como um fenômeno de bases liberais que brotou da relação tensa entre o desenvolvimento das crenças democráticas e a economia de mercado (DAHL, 2000, p.158). E foi naquela ambiência histórica que a escrita como trabalho, através do jornal, despontava como mais uma mercadoria no impulso da expansão pelo capital.

No que tange à aproximação entre jornalismo e literatura, é importante salientar que foi a partir desse momento, justamente quando a imprensa começava a adquirir uma dimensão mais industrial, que esse fato aconteceu. Não existia ainda um *locus* na sociedade para o escritor de literatura profissional, i.e., que vivesse unicamente dos direitos autorais de suas obras, até porque a maioria da população era analfabeta. Além disso, praticamente não havia meios para a difusão de livros, como editoras brasileiras e bibliotecas, sem contar com a debilidade e a dispersão do pequeníssimo público consumidor disponível para o texto literário.

Podem ser citados aqui os casos de intelectuais como Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar, que exerceram a literatura enquanto ofício remunerado, embora esta não representasse suas únicas formas de sustento financeiro. Macedo foi médico e político; Alencar, jurista, chegando a exercer o cargo de ministro do império. O ofício de escritor, no entanto, exigia dos autores uma produção específica e em série: capítulos semanais de romances, além das crônicas que faziam parte dos folhetins da época.

Um outro caso foi o de Machado de Assis, cujos direitos autorais recebidos com a publicação de *Ressurreição* (1872), seu primeiro romance, mal davam para pagar alguns meses de aluguel na rua dos Andradas, no centro do Rio. Contudo, a literatura não deixou de ser uma de suas atuações profissionais. Para complementar sua renda, teve de assumir a função de redator da *Semana Ilustrada* e do *Diário do Rio de Janeiro*, além de colaborar com outras publicações como o *Jornal das Famílias* e com o *Diário Oficial*. A estabilidade financeira seria alcançada apenas quando ele foi nomeado para o cargo de primeiro oficial da 2ª Seção da Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1873.<sup>4</sup>

Naquela ambiência social, ainda que o trabalho jornalístico incrementasse a renda do escritor, era a assunção de funções públicas, dentre elas a diplomacia, que iria trazer, efetivamente, a segurança almejada. Destaque-se, à guisa de mais exemplos, a situação de Aluísio Azevedo. Embora tenha sido um escritor que conseguiu viver da literatura por um período breve, não lhe foi possível manter essa situação profissional por mais tempo, tanto que, para dar prosseguimento a sua arte, o mesmo Aluísio optou, em 1895, por concorrer a uma vaga de diplomata, como também o fez seu ídolo, Eça de Queirós. Segundo Massaud Moisés<sup>5</sup>, inclusive, o fato de o escritor português ter produzido a maior parte de sua obra literária enquanto exercia essa função, teria sido o maior incentivo a Aluísio na decisão pela carreira diplomática.

Sobre esta questão, é fundamental destacar do mesmo modo que, embora ele não tivesse uma formação superior, tal fato não o tornava um caso *sui generis* de intelectual, naquele momento. Basta lembrar que o sucesso literário com *O Mulato* não apenas lhe permitiu deixar o Maranhão e se estabelecer na Corte como também o integrou numa rede de interrelações sociais que o levaria à assunção de um cargo público, em 1891, na Diretoria dos Negócios do Estado do Rio de Janeiro, e a ter aulas de Direito Internacional com o então diplomata Graça Aranha, a fim de prestar, mais tarde, os exames para o Itamaraty.

Diferentemente do que ocorreu no Brasil, a literatura como trabalho intelectual, na Europa, foi um fato próprio da modernidade, i.e., algo que havia se processado no final do século XVIII, quando, inclusive, se efetivou o termo “romance”. (WATT, 2010, p.10) Naquele momento também se estabelecia o primeiro mercado de consumidores de livros (idem, p.38) destacando-se o estrondoso sucesso de *Os Sofrimentos do Jovem Wether* (1774), de Goethe, e de *Razão e Sensibilidade* (1813), de Jane Austen, só para citar os mais famosos.

No contexto europeu, com um mercado consumidor de livros obviamente bem mais estruturado e sustentável que o brasileiro, a figura do escritor como trabalhador, ou seja, produtor de bens consumíveis dentro de certos padrões e valores, era fruto do desenvolvimento vertiginoso da industrialização que já se operava desde o início da segunda metade dos setecentos.

Reconhecendo a estrutura social brasileira da época, excludente e profundamente contrastante, assim como o processo de formação do Estado naquele decurso do século XIX, com todo o seu aparato administrativo e burocrático, torna-se claro que essa “opção” do serviço diplomático é algo bem mais complexo. Aproveitando as palavras de Alfred Schütz, num sentido social mais amplo, “os interesses têm como característica o fato de serem inter-relacionados com outros em um sistema”. (SCHÜTZ, 2012, p.164)

Por conseguinte, fruto de prerrogativas outras, e aquém de um simples desejo pessoal de realizar um serviço no exterior em prol de seu país, de um talento para aprender vários idiomas ou de uma capacidade especial para a negociação, optar por uma profissão glamurosa e de difícil acesso como a diplomacia poderia ser interpretada,

tradicionalmente, como uma coincidência com as decisões do sistema (RUIZ, 2003, p.59).

E naquela ambiência, não apenas a formação bacharelesca era importante, como também a produção intelectual contava para a assunção de cargos diplomáticos. No contexto da diplomacia de fundação, i.e., de José Bonifácio a Barão do Rio Branco, no comando da Secretaria de Negócios Estrangeiros, o trabalho dos diplomatas brasileiros com a literatura e a história era uma estratégia fundamentada no projeto político de modernização do país. E pode-se dizer ainda que as próprias áreas econômica e política da jovem nação necessitavam da diplomacia cultural, uma vez que da imagem de um Brasil capaz de produzir ciência e obras artísticas de qualidade dependia o grau de confiança e aceitação como ator político na arena das relações internacionais.

Como destaca Antonio Candido (2012, p.235), os escritores desse período compartilhavam de uma espécie de crença no papel social de despertar as consciências. A configuração da performance polímata durante o romantismo não se desassocia, assim, da divulgação de um sentimento missionário por parte do intelectual<sup>6</sup>, como se evidencia nos versos do poema “Improviso”, de Borges de Barros: “Deixei o Pai, Irmãos, deixei Amigos, / As árvores, os sítios indeléveis... / Ó cara pátria! para dar-te em mimo / Luzes fui mendigar... Minerva me apontou a pátria ilustre / Do imortal Lavoisier, sábio Olivière...” (1825, p.111).

Nesse panorama, a confluência de pensamento entre esses homens das letras correspondia a um processo de ilustração da intelectualidade brasileira, cujas bases ideológicas encontravam-se visivelmente na Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros. Aliás, o convite que foi dado por D. Pedro I a José Bonifácio de Andrade e Silva para chefiar o corpo diplomático brasileiro não foi casual.

Bonifácio, que já contava com quase sessenta anos, carregava uma larga experiência de estudos e profissional construída na Europa nos mais de quarenta anos que por lá viveu. Tendo sido professor, desembargador, mineralogista, diplomata, além de outros altos cargos assumidos como funcionário do governo português, era um tipo ideal para a organização do serviço diplomático brasileiro naquele contexto.

Defensor do liberalismo e da monarquia constitucional, tinha um projeto abrangente de modernização para o Brasil, que passava pelo apoio à industrialização - e, conseqüentemente, à classe burguesa emergente no país -, pela construção de uma rede de ensino público, pela luta contra a escravidão e também pela produção artístico-científica a fim de elevar a condição cultural do país em relação à Europa.

Por sua condição de mineralogista, e pelo fato de já ter realizado um importante serviço para o governo de D. João VI, que foi a descoberta, no Brasil, de diversas minas de chumbo, de ferro, de carvão, de ouro e de diamante<sup>7</sup>, estava certo do potencial brasileiro para o desenvolvimento econômico.

É possível observar, deste modo, que os indivíduos que serviriam o país no exterior já traziam na bagagem cultural uma experiência de formação na Europa bem como uma obra intelectual de relevo na época. Basta dizer que José Bonifácio, não por acaso, foi um cientista de renome por lá, tendo sido membro de diversas Academias de Ciências, a saber: Lisboa, Estocolmo, Turim, Londres, Edimburgo, dentre outras. (MAIA, 1838, p.13)

Quanto à obra literária de Bonifácio, embora pequena, constituindo-se de apenas um livro, *Poesias de Américo Elysio*, publicado na França em 1825, bastou para que Machado de Assis, em seu artigo de 1858, intitulado “O Passado, o presente e o futuro da literatura” elogiasse a elevação do estilo, que “tudo encanta e arrebatava”<sup>8</sup>.

Com uma linguagem bastante influenciada pelo arcadismo, José Bonifácio foi quem antecipou, ainda que brandamente, o nacionalismo, no poema “Brasil”; e um certo

erotismo, no poema “Cantata I”, nos versos “Lábios da minha Eulina, / Lábios, favos de mel, mas venenosos” (1861, p.46), que iriam caracterizar, em certo aspecto, o estilo romântico no país. Antonio Candido, inclusive, vai falar em um “desejo quase fescenino”, referindo-se a este poema de Bonifácio (CANDIDO, 2012, p.217). Em realidade, seus poemas já traziam um diálogo com outros autores renovadores da literatura europeia como Byron, na Inglaterra, e Garret, em Portugal.

Como em nenhum outro momento da História do Brasil, no contexto da diplomacia de fundação, onde se insere o projeto de construção da nacionalidade, o que se verificava era o par ciência-arte como projeto político e a política como arte (da negociação). E, certamente, foram as reformas joaninas e de D. Pedro I, no início do século XIX, por conseguinte, a base do desenvolvimento de uma moderna produção cultural no Brasil e que iria possibilitar politicamente, inclusive, a divulgação do movimento romântico por aqui. Ainda nas palavras de Antonio Candido,

muitas das aspirações mais caras aos intelectuais brasileiros da segunda metade do século XVIII foram aqui realizadas nos primeiros anos do século XIX com o apoio do próprio governo que as combatera... Imprensa, periódicos, escolas superiores, debate intelectual, grandes obras públicas, contato livre com o mundo... (CANDIDO, 2012, p.239)

Nesse processo, outrossim, os intelectuais não estabeleciam limites precisos às suas diversas práxis nos variados campos do saber erudito e da política. Poetas diplomatas como Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto Alegre, só para citar os de maior relevo na época, não apenas editaram a revista *Nitheroy* (1836), na França, e a *Minerva Brasiliense*, no Rio de Janeiro (1843), atuando na construção de uma identidade brasileira, como também foram colaboradores de periódicos, como a *Révue des Deux Mondes*, fundada em 1829, e de institutos franceses.

De qualquer modo, fosse o trabalho científico ou artístico, para esses intelectuais não havia separação entre essas atividades e o projeto de modernização brasileiro. Dessa forma, as escolhas de José Bonifácio e dos outros que lhe seguiram no comando da Secretaria de Negócios Estrangeiros no decurso do século XIX, para compor o quadro de diplomatas, iam ao encontro dos anseios de uma elite social e intelectual, conformando uma coesão ideológica própria daquele momento.

Compreende-se que a opção desse direcionamento político, de cunho liberal, apresentava estreitos liames com o apoio dado pelo governo à performance polímata dos intelectuais servidores públicos. Ora, o Brasil, como novo ator, necessitava avançar rapidamente no aspecto econômico e, por isso mesmo, havia uma urgência em se configurar uma elite afeita aos avanços científicos e culturais que permitiriam maior produtividade. Surgiam, assim, importantes instituições que congregavam esses indivíduos ilustrados, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Secretaria Auxiliadora da Indústria Nacional, a Academia Imperial de Medicina, sem contar com as faculdades de Direito que já haviam despontado por aqui desde 1827.

Naquele momento de fundação, a diplomacia cultural era o carro-chefe das relações internacionais brasileiras. Nesta perspectiva, não se pode pensar a escrita poética do polímata Antônio Peregrino Maciel Monteiro ou qualquer outro de sua geração, conformando, segundo Massaud Moisés, uma “concepção de mundo em que a arte, no caso literária, apenas serve como mediação... para a conquista da mulher”. (1984, p.53)<sup>9</sup>

Em realidade, a sua atuação literária, assim como a de seus coetâneos, engendrava-se num processo político bem maior, que passava pela tentativa de se realizar nos trópicos um determinado conceito de civilização. Tanto que, em seu famoso

discurso de 1851, como senador, deixou bem clara sua visão quanto ao padrão cultural francês, mas reconhecendo que não se tratava de uma imitação que se traduziria por uma relação servil. Significava, antes de tudo, uma aproximação construtiva em que a intelectualidade brasileira mostraria para si mesma e para o mundo a capacidade de realizar algo no mesmo nível de qualidade. Segundo suas próprias palavras,

a literatura no Brasil, a literatura em toda a América, tem sido um processo de adaptação de ideias europeias às sociedades do continente. Esta adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. Da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica. (Cf.: ROMERO, 1888, p.15)

Em parte, esse esforço intelectual servia ao projeto imperial de compensar, no Brasil, as perdas sofridas na Europa pela monarquia portuguesa. Daí o seu caráter artificial, excludente e de confronto assimétrico, de que fala Enrique Dussel (2011, p.17). Ademais, a relação desses intelectuais que se direcionaram para a carreira diplomática não se conformou numa totalidade ideológica harmoniosa com o governo.

Ora, uma vez que o diplomata é alguém que representa o seu país no exterior, fazendo-se porta-voz oficial do Estado, ocorre a suspensão da individualidade em detrimento de uma coletividade política específica. A escrita literária, que se constitui por fluxos de vozes variadas, conforma, por conseguinte, uma tensão com o discurso retórico e protocolar da diplomacia. A atuação artística desses intelectuais acabaria por evidenciar, no contraste com as exigências do serviço público, de um modo geral, um movimento que consistiu em correspondência e embate, atração e rejeição.

Esse “projeto imperial”, com suas características sociais e políticas, apoiou ainda a fundação de espaços privilegiados de produção intelectual, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fundado em 1838, o IHGB foi, indubitavelmente, um elemento fundamental para a manutenção do poder monárquico e das oligarquias no processo de independência brasileira. Conseguiu assegurar a reconstrução do passado nacional e a origem comum de seu povo, a partir de uma perspectiva europeia, estabelecendo liames históricos e étnicos que fundamentassem a construção de uma nacionalidade.

Vale observar que o próprio surgimento dessa instituição aconteceria em um momento no qual o governo começava a enviar estudiosos aos arquivos europeus em busca de documentação sobre a história do Brasil, sendo Gonçalves Dias e Varnhagen seus maiores expoentes. Este último, inclusive, já havia realizado esse tipo de pesquisa por conta própria no Acervo da Torre do Tombo, em Portugal, fato este que o tornou um forte candidato a ingressar na carreira diplomática. Não por acaso, suas narrativas históricas funcionaram, naquele contexto, como peças-chave na consolidação de uma ordem centralizadora e monárquica pela defesa de que Portugal teve uma ação civilizadora nas terras brasileiras.

O conceito de civilização desses intelectuais da primeira fase da diplomacia brasileira herdara do projeto iluminista francês e do liberalismo inglês suas bases ideológicas. Daí terem sido os escritores românticos, daquele período, os responsáveis pelo início de um verdadeiro combate intelectual para se libertar a mentalidade brasileira do dogmatismo jesuítico e realizar uma transformação cultural no país, inclusive pela laicização das narrativas sobre o Brasil.

Gonçalves de Magalhães, por exemplo, foi um intelectual comprometido com o projeto de fundar, no país, uma verdadeira elite intelectual, embora seu nome seja, comumente, relacionado somente ao início do Romantismo por aqui. Além da revista *Nitheroy* (1836), que divulgou entre nós as novidades estéticas que circulavam pela



Europa, destaca-se o livro *Fatos do Espírito Humano* (1858), uma obra de investigação filosófica, onde o autor já exigia a liberdade de pensamento no uso teórico da razão. (CERQUEIRA, 2002, p.105)

Dessa forma, é possível reconhecer que, de ambos os lados, i.e., Estado e intelectuais, existia um conveniente nexos político, social e econômico. Em outros termos, para o governo havia a necessidade de recrutar pessoal qualificado para o funcionamento burocrático estatal e, no caso dos escritores, existia o anseio de alcançarem uma condição financeira e *status* que lhes permitisse produzir literatura, promovendo-se, conseqüentemente, a recepção positiva de suas obras.

Esse *status* artístico ainda ajudava a propagar pela Europa notícias da transformação cultural porque passava o país, que se constituía como novo ator no cenário das relações internacionais. Ilustra bem esse fato uma carta endereçada a D. Pedro II, datada de 2 de março de 1858, em que Gonçalves Dias informava ao monarca sobre a imagem do Brasil na Alemanha:

Quanto a notícias da Alemanha que podem interessar a Vossa Majestade, nada há de novo a não ser a recrudescência da mania de se dizer mal do Brasil. Ainda isso é vantagem; porque, quando eles acabarem de dizer o que podem fantasiar, começarão a se informar melhor do que por lá se passa... Depende que não há na Alemanha jornais a nosso favor, apesar de quanto com isso se despende... A Europa pode conservar-se em paz durante estes cinquenta anos próximos, ou achar-se em guerra amanhã: para este caso é que convém que o Brasil esteja preparado, que seja conhecido na Europa... Estou em véspera de partir para a Bélgica e daí para Londres, onde vou esperar as ordens do Governo de Vossa Majestade, para poder liquidar as contas de encomendas já feitas, e fazer as compras que ainda faltam para a Comissão de exploração. (DIAS, 1998, p.1099)

Em certo sentido, quando Gonçalves Dias afirmou que os europeus logo “começarão a se informar melhor do que por lá se passa...”, i.e., no Brasil, referia-se, subliminarmente, à carga de responsabilidade dos intelectuais brasileiros em produzir cultura nos moldes equiparáveis às nações mais adiantadas. Por outro lado, tratava-se de uma forma de cobrar do governo monárquico o incentivo a essa produção e os meios de divulgação das obras no contexto europeu.

Mas foi a iniciativa de estrangeiros interessados em publicar, em maior escala e diversidade, a literatura brasileira que traria não apenas consagração para diversos autores do romantismo como ajudaria a expor internacionalmente a imagem do Brasil como um país civilizado nos padrões divulgados na época.

Aliava-se a essa produção artística crescente e à sua divulgação para além das fronteiras nacionais aquilo que foi um dos benefícios concedidos pelo governo aos intelectuais de então: uma boa dose de tolerância no que se refere às divergências de pensamento em relação ao próprio poder imperial.

O artigo do poeta e diplomata Francisco de Sales Torres Homem, publicado em Paris, em 1836, na Revista Brasiliense, é bem significativo neste sentido, dada a crítica irônica com que se refere à condução governista do país:

Os homens que dirigem os destinos do Brasil, sem compreender as condições de sua missão, parecem ter dado as mãos a todas as influências do mal, para agravar o estado da triste época em que vivemos. Cada dia que corre, receamos seriamente ler nas gazetas que, por mandado da sábia e liberal administração, o fogo fora lançado aos estabelecimentos consagrados aos progressos da inteligência e da civilização. (MAGALHÃES, 1987, p.37)

A questão, no entanto, é que não havia um ideário crítico estruturado e direcionado pelos intelectuais da época, durante o primeiro quinquênio do século XIX, à luta pela transformação da condição de injustiça social. Na perspectiva de Antonio Candido (2004, p.145), seria apenas entre 1880 e 1920, especificamente, que se daria o desenvolvimento, de fato, de uma reflexão mais sistemática sobre o Brasil, com Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Eduardo Prado e Oliveira Lima.

Por certo, essa relação entre o intelectual e o exercício de uma função pública, inclusive, não é uma característica de países latinoamericanos. É mister lembrar que, no contexto europeu, tradicionalmente, “os embaixadores provinham quase que exclusivamente de ambientes próximos ao soberano e, portanto, da aristocracia.” (BIANCHERI, 2005, p.7), tendo destaque a indicação de Richelieu, em 1626, na França, para chefiar o primeiro Ministério do Exterior que se tem notícia.

Mas o fato é que se trata de um fenômeno social que evidencia, segundo Pierre Bourdieu (2012, p.11), um *ethos* naturalizado por determinados discursos e valores próprios de uma elite, legitimando as distinções. Dessa maneira, aliás, o papel de uma instituição política é justamente naturalizar o que é, em realidade, resultado de uma configuração histórica e social.

Daí a práxis literária ter se configurado, para esses poetas diplomatas, como algo muito além de um simples exercício de fruição estética, uma vez que, conectados ao aparato burocrático estatal, evidenciavam a necessidade de afirmar, através de um exercício crítico da palavra, sua liberdade de pensamento.

A vivência do diplomata no estrangeiro, por certo, é feita de estadas provisórias em diferentes países onde irá imergir em variadas culturas, tendo a necessidade constante de adaptar-se, de inserir-se, enfim, de reconstituir-se. Esse movimento, como se observa no caso dos escritores diplomatas, faz com que sua própria pátria ganhe uma evidência maior em suas obras literárias.

Dessa maneira, não só a experiência diplomática conforma migrações - do corpo, do pensamento, da voz - até mesmo pela necessidade de viver em diferentes países que o próprio ofício exige, mas a escrita também constitui um *migrar*, como uma experiência enriquecedora que permite o conhecimento da perspectiva do outro, inclusive do si mesmo como outro e, deste modo, um olhar mais amplo sobre o próprio *locus* originário.

### **Diplomatic writers: the trajectory of Brazilian intellectual work in the 19th century**

**ABSTRACT:** This research seeks to reflect on the work of writers in the Secretariat of Foreign Affairs during the nineteenth century. At the time Brazilian diplomacy was founded, distinguished intellectuals who helped shape the country as a new actor in the field of international relations. It is interesting to observe how their works presented a tension between representing the State while trying to maintain a relative autonomy of thought.

**Keywords:** Intellectual. Cultural Diplomacy. 19th Century. Literature.

---

\* Graduado em Letras (Português-Literaturas/ UERJ), Pedagogia e História (UNIRIO/CEDERJ). Pós-doutorando em Literatura (UFJF), Doutor em Literatura Brasileira Contemporânea (UFF). Atualmente, é Técnico em Assuntos Educacionais /Pedagogo – CEFET campus Nova Friburgo e professor do Estado/RJ.

<sup>1</sup> Em termos cronológicos, refere-se ao período que compreende a reorganização da Secretaria de Negócios Estrangeiros (1822) até a República Velha, em que ressalta a figura do Barão do Rio Branco (1902-1912) como mentor da consolidação da diplomacia brasileira.

<sup>2</sup> Em suas próprias palavras, o que se entende por tradição, "... normally attempt to establish continuity with a suitable historic past." (HOBSBAWM, 2012, p.1)

<sup>3</sup> Destaca-se, neste contexto, a frase de Thoreau, publicada em 1849, no jornal *Aesthetic Papers*: "That government is best which governs last". (1993, p.4) Além disso, é preciso lembrar que algumas traduções realizadas por intelectuais oitocentistas foram, sem dúvida, importantes instrumentos de divulgação das ideias liberais no Brasil. Nesse caso, tem-se, por exemplo, aquela feita pelo diplomata brasileiro Sérgio Teixeira de Macedo, em 1830, da obra de Pierre Daunou, *Essai sur les garanties individuelles que réclame l'état actuel de la société*.

<sup>4</sup> "É duro viver de letras" In: **Revista de História**. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/e-duro-viver-de-letras>>. Acesso em 18/04/2013.

<sup>5</sup> Conforme o ensaio "Aluísio Azevedo: a literatura como destino", de Massaud Moisés. (SILVA, 2002, p.177-207).

<sup>6</sup> Antonio Candido (2012, p.344) destaca esse caráter missionário presente na literatura romântica quando diz que "a contribuição típica do Romantismo para a caracterização literária do escritor é o conceito de missão. Os poetas... o bardo, o profeta, o guia".

<sup>7</sup> MAIA, Emílio Joaquim da Silva. *Elogio Histórico do Ilustre José Bonifácio de Andrade e Silva*. Proferido na sessão pública da Academia Imperial de Medicina. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. de P. Brito, 1838. p.3

<sup>8</sup> Disponível em: <[http://machado.mec.gov.br/index.php?Itemid=123&catid=34:obra-completa&id=170:critica&option=com\\_content&view=article](http://machado.mec.gov.br/index.php?Itemid=123&catid=34:obra-completa&id=170:critica&option=com_content&view=article)>. Acesso em: 20/11/2013.

<sup>9</sup> Como exemplo, veja-se o poema: "Formosa, qual pincel em tela fina / debuxar jamais pôde ou nunca ousara; / formosa, qual jamais desabrochava / na primavera rosa purpurina; / formosa, qual se a própria mão divina / lhe alinhava o contorno e a firma rara; / formosa, qual jamais no céu brilhava / astro gentil, estrela peregrina; / formosa, qual se a natureza e a arte, / dando as mãos em seus dons, em seus labores / jamais soube imitar no todo ou parte; / mulher celeste, oh! anjo de primores! / Quem pode ver-te, sem querer amar-te? / Quem pode amar-te, sem morrer de amores?!" In: LIMA, Israel Souza. *Biobibliografia dos Patronos*: Maciel Monteiro e Manuel Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012. 378 p.

## REFERÊNCIAS

AMADO, André. Negociar. In: AMADO, André. *Por Dentro do Itamaraty*: impressões de um diplomata. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 2013. p.103-112.

ANJO, João Alfredo dos. *José Bonifácio, Primeiro Chanceler do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 424 p.

BARBÉ, Esther. *Relaciones Internacionales*. Madri: Tecnos, 1995. 307 p.

BERRIDGE, G.R. *Diplomacy: theory and practice*. New York: Palgrave, 2010. 282 p.

\_\_\_\_\_. *A Dictionary of Diplomacy*. New York: Palgrave, 2003. 296 p.

BIANCHERI, Boris. *Conciliar o Mundo*: a diplomacia na era global. Trad. Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 176p.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 311p.

CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*: momentos decisivos 1750-1880. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012. 800p.

---

CERQUEIRA, Luiz Alberto. *Filosofia Brasileira: ontogênese da consciência de si*. Petrópolis: Vozes, 2002. 275p.

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001. 316 p.

\_\_\_\_\_. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 51 (2); p.8-25, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. 9.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 523p.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: EDUSP, 1997. 234 p.

\_\_\_\_\_. *On Democracy*. USA: Yale University Press, 2000. 257p.

DIAS, Gonçalves. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998. 1245p.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão*. Trad. Georges I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 2011. 157p.

GALLINO, Luciano. *La Lotta di Classe dopo la Lotta di Classe*. Roma: Editori Laterza, 2012. 213 p.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Ed.Fino Traço, 2012. 366 p

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Um Diplomata e Político do Império: o conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo*. Recife: CEPE, 2010. 333p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O Homem Cordial". In: \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 17-139p.

LATOURETTE, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 152p.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 436p.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979. 210p.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados*, vol.28, n.80, p.41-58, São Paulo, 2014.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 2 vols. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1888.

SÁ, Vicente de (org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da Política Externa (1750-1964)*. Vol. II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p.333-355

SCHÜTZ, Alfred. *Sobre Fenomenologia e Relações Sociais*. Trad. Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2012. 357p.

\_\_\_\_\_. *Éléments de Sociologie Phénoménologique*. Trad. Thierry Blin. Paris: L'Harmattan, 1998. 156p.

---

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 623p.

SEABRA, Roberto; SOUZA, Waldo de. (orgs.) *Jornalismo Político: teoria, história e técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006. 306p.

SILVA, Alberto da Costa e (org.). *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. 2ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 2002. 536 p.

Data de envio: 23/12/2018